

APERFEIÇOAMENTO

Ensino e orientação profissional nas Estradas de Ferro administradas pela União

O bom funcionamento da indústria de transportes constitui, sem dúvida, uma das bases em que se deve assentar a economia de um país. Isso é particularmente verdadeiro no caso do Brasil, cuja vasta extensão territorial exige uma bem tecida rede de comunicações que leve, com economia e presteza, todos os produtos de um extremo a outro do território nacional. Compreende-se, assim, facilmente, a suma importância do papel desempenhado pelas estradas de ferro, de cujos serviços depende, consideravelmente, o progresso, se não a própria vida, das mais diversas regiões brasileiras.

Para que as estradas de ferro possam preencher, a contento, as suas finalidades sociais e econômicas, é indispensável, ou antes, é urgente um maior aproveitamento do potencial humano, através de uma seleção mais acurada e de um melhor preparo profissional dos indivíduos que lhes prestam seus serviços. Isso nada mais é do que a repetição, em outras palavras, da afirmativa, tantas vezes feita, de que o progresso em todos os setores da vida nacional está, inexoravelmente, ligado a problemas de educação; não, apenas, de uma educação artística e literária, mas de uma educação especializada, tendente a colocar o indivíduo imediatamente em face dos problemas que irá defrontar e a prepará-lo para o grupamento social em que deverá exercer as suas atividades.

Dentre as sábias medidas que recentemente tem sido tomadas pelo Governo em relação ao ensino industrial, merece reparo especial o decreto-lei número 5.607, de 22 de junho de 1943, que dispõe sobre a criação de Serviços de Ensino e Orientação Profissional (S.E.O.P.) nas Estradas de Ferro Administradas pela União.

O assunto vinha, de longa data, sendo estudado pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro,

com assistência do Centro Ferroviário de Ensino e Orientação Profissional, de São Paulo, tendo a Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P. tido a oportunidade de estudar e de colaborar na redação final do projeto que foi submetido à aprovação do Presidente da República.

Ainda há quem, erroneamente, suponha que o problema da educação profissional tenha sido levantado nos nossos dias. O estudo dos textos antigos indica o quanto ele tem preocupado o espírito humano, desde as eras mais remotas. No aprendizado, processo que, inegavelmente, teve maior aceitação e que vigorou por milênios — sendo ainda hoje amplamente empregado — estabeleciam-se, nos primeiros tempos, entre o mestre e o aprendiz, relações que muito se assemelhavam às de pai para filho. As vetustas leis judaicas já colocavam entre os mais graves deveres paternos o de ensinar uma profissão aos filhos. Encontra-se no Talmud: “Assim como deves ensinar a lei a um filho teu, ensina-lhe um ofício”. No Código Babilônico, que teve vigência por volta do ano 2250 A.C., estava regulado o costume de os artesãos adotarem algumas crianças como filhos, para que aprendessem o seu ofício.

Tão simples maneira de solver o complexo problema da formação profissional permaneceu inalterável por muitos séculos, tendo atravessado a idade média e os tempos modernos quasi sem sofrer modificação. Mas veio a revolução industrial.

A invenção da máquina a vapor, o desenvolvimento do sistema fabril e a exigência, cada vez maior, de operários especializados, para a indústria em larga escala, desfecharam golpes de morte no velho processo de aprendizagem profissional. Se, por um lado, a responsabilidade pela tutela e pela educação profissional, moral e religiosa dos

jovens trabalhadores não mais podia continuar com os mestres ou patrões, por outro, faltavam à família os recursos que lhe permitissem arcar, de modo satisfatório, com essa responsabilidade. Começaram, então, a surgir escolas públicas elementares que preenchiam as lacunas da educação familiar, oferecendo resultados bastante superiores aos que proporcionava o já então anacrônico sistema do aprendiz. Não obstante, até o último quartel do século XIX, pouco foi aceita essa inovação, havendo mesmo, quem duvidasse seriamente de que a escola jamais pudesse vir a representar um papel importante na formação de artífices.

Foi a carência em que, em 1868, se achou o governo russo, de práticos de engenharia e de mecânicos para as suas vias férreas, que fez com que Victor Della Voz, diretor da Escola Técnica da Estrada de Ferro do Império, concebesse um processo de treinamento, capaz de oferecer melhores resultados do que o método de aprendizagem então empregado. Pretendendo formar em menos tempo, e de maneira mais econômica, um material humano homogêneo e eficiente, ele cedo compreendeu que não poderia fazê-lo por intermédio de aprendizagem nas oficinas comuns de produção, que funcionavam em ligação com a Escola. Tornava-se necessário montar oficinas especialmente para instrução e provê-las de mestres capazes de preparar grandes grupos, ao invés de poucos indivíduos. O cuidado com que Victor Della Voz analisou os elementos constitutivos de cada ofício a ser ensinado e organizou-os em exercícios preparados em ordem de dificuldade crescente, fez com que o seu esquema para produzir, rápida e eficientemente, mecânicos para o sistema ferroviário se tornasse um sucesso. Pouco depois, as mais importantes escolas técnicas e profissionais da Europa e da América inauguravam cursos de instrução baseados no exemplo russo.

Os Serviços de Ensino e Orientação Profissional, ora criados nas estradas de ferro da União, obedecem, de modo geral, ao mesmo esquema. De acordo com o seu regulamento, eles têm por finalidade

estudar, organizar e aplicar processos destinados a formar, orientar ou aperfeiçoar o pessoal técnico e administrativo das referidas estradas de ferro, para o que deverão ser organizados cursos de formação e aperfeiçoamento, que funcionarão em Escolas de Aprendizagem, dotadas dos indispensáveis recursos técnicos e pedagógicos. Os cursos de formação se destinam à preparação metódica de aprendizes de ofício (ajustadores, operadores mecânicos, caldeiros, ferreiros, soldadores, modeladores, fundidores, eletricitistas, carpinteiros e marceneiros) e de praticantes de tráfego (serviços de estação e telégrafo), ao passo que os de aperfeiçoamento visam não só desenvolver as habilitações dos servidores para as suas funções atuais, como também prepará-los para o acesso a cargos de maior responsabilidade.

E' de suma importância a seleção profissional a que devem ser submetidos todos êsses indivíduos. Por seu intermédio se poderá escolher, dentre os muitos candidatos a cada uma daquelas profissões, os que a elas se poderão dedicar com mais probabilidades de êxito. Do valor econômico da seleção profissional — processo científico que visa verificar se o candidato a uma dada profissão possui as aptidões por ela requeridas — Lahy nos dá sugestivo exemplo, demonstrando como a seleção de motorneiros e *chauffeurs* reduziu os gastos de uma empresa de transportes, pela diminuição do número de acidentes.

Aos candidatos rejeitados pela seleção será dada, sempre que possível, conforme estabelece o regulamento dos cursos, orientação profissional para ingresso em atividade ferroviária mais adequada às qualidades e aptidões que tiverem demonstrado. De acordo com a definição clássica, proposta e adotada pela "National Vocational Guidance Association", deve-se entender por orientação profissional "o processo de auxiliar o indivíduo a escolher uma profissão, a preparar-se para ela e nela ingressar e progredir". Ela tem por fim informar o jovem sobre as aptidões que ele possui e designar as carreiras em que se exijam essas aptidões. Para ter base científica, portanto, a orientação profissional

não poderá prescindir de duas coisas: 1) um conhecimento aprofundado de todas as profissões, sob o ponto de vista das aptidões psico-fisiológicas que exigem; e 2) que saiba verificar a existência dessas aptidões nos indivíduos.

Evidentemente, a pouca aplicação que tem tido no Brasil êsse capítulo tão importante da psicologia industrial, não nos permitirá esperar que êsses serviços comecem a funcionar com o máximo de

eficiência desde o seu início. Os seus empreendedores encontrarão, por certo, muitos obstáculos pela frente, devidos, principalmente, à falta de recursos técnicos, mas isso não impedirá que recebamos com o maior entusiasmo essa iniciativa que, levada a bom termo, representará um grande passo para a solução do difícil problema dos desajustamentos profissionais, que tanto prejuízo causam ao trabalho industrial.

Sexta reunião mensal de 1943

“Centralização das compras de material”

Na reunião mensal de estudos de 30 de junho último, realizada pela Divisão de Aperfeiçoamento, foi discutido o tema “Centralização das compras de material”. A exposição do assunto esteve a cargo do Sr. Rafael Xavier, antigo diretor da Divisão do Material do D.A.S.P. e atual diretor da Comissão Censitária Nacional, que disse:

“A eficiência de uma organização administrativa de serviço público depende, sobretudo, de uma planificação racional de sua estrutura e, subseqüentemente, de pessoal capaz, de material apropriado e instalações adequadas.

Isso numa concepção simplista, sem pretensão doutrinária, porque, na realidade, múltiplos e complexos problemas surgem quando se trata de planificar um serviço, recrutar pessoal, escolher material ou projetar funcionalmente sua instalação.

Os aspectos teóricos do problema, encarados segundo as várias escolas modernas, surgidas no emaranhado das tendências políticas dos últimos lustros, apresentam soluções que se multiplicam ao sabor das correntes doutrinárias, tornadas mais difíceis quando se procura adaptá-las às relações de ordem pragmática da administração pública.

Praticamente, quatro fatores são fundamentais para a existência de um serviço público — planificação, pessoal, material e instalação e recursos financeiros.

Não se pode, num plano lógico de remodelação dos serviços administrativos do Estado, subestimar qualquer dos aspectos considerados como essenciais ao seu funcionamento.

A administração pública é um meio de que se vale o Estado para obter rendimento suficiente nos seus serviços, satisfazendo, assim, determinadas imposições políticas, econômicas e sociais e, se assim é, para que haja equilíbrio e estabilidade no funcionamento de sua máquina, é evidente a necessidade de um ajustamento harmônico dos meios de ação.

Um serviço provido de valores humanos, de elevado nível mental e recrutado para o desempenho de atribuições bem

caracterizadas, necessita, em igual ordem de importância, de material e de instalações apropriadas.

Um instituto de pesquisas, sem laboratórios e sem material para as suas investigações científicas, pode ter no seu corpo funcional os mais notáveis cientistas, que o seu rendimento de trabalho será nulo. O mesmo se dará com uma pequena repartição burocrática, que, à falta de material de expediente, não realiza suas tarefas.

Parece que essas triviais verdades não carecem de grande esforço para se comprovar. E as deficiências que, diariamente, ainda hoje, com os inegáveis progressos alcançados, sentimos, no trato com os serviços públicos, são provas de que muito ainda há a realizar para se atingir um coeficiente bastante de rendimento, compensador das vultosas despesas com os serviços públicos.

As profundas modificações que, na concepção tradicional do Estado, produziram as revoluções políticas, econômicas e sociais, alteraram sensivelmente as normas de administração a que nos habituáramos, hoje inadequadas e ineficientes, embora, ainda, teimosamente insistindo em se defender, nos seus últimos bastiões.

O Estado moderno é a resultante de uma sucessão de crises políticas, que, repercutindo na sua estrutura econômico-financeira e conseqüentemente na vida social, alargaram rapidamente suas atividades, transformando-o de simples órgão policial, ditador de normas jurídicas da ação individual em face dos interesses gerais, para um Estado ativo, condensador dos interesses pessoais para coordená-los, num sentido mais amplo, de acordo com os interesses de ordem nacional.

Assim sendo, os antigos processos de administrar se demonstram desajustados e incapazes, frente ao objetivismo das novas funções de governo.

Mesmo os chamados quadros políticos do velho liberalismo foram influenciados pela ação renovadora do hodierno conceito estatal. O NEW DEAL não foi mais que uma reação reajustadora dos princípios democráticos às novas condições de direção governamental. O Estado interfere e amplia sua esfera de ação até os domínios das atividades privadas, tanto